

TERMO DE FOMENTO
Nº 015-03/2019.

MUNICÍPIO DE LAJEADO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 87.297.982/0001-03, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcelo Caumo, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 928.169.670-34, RG nº 7055446913, residente e domiciliado em Lajeado-RS, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e a Organização da Sociedade Civil **SOCIEDADE LAJEADENSE DE ACOLHIMENTO A IDOSAS - SLAI**, inscrita no CNPJ sob nº 90.803.933/0001-00, com sede na Rua João Pessoa, nº 260, Bairro Hidráulica, Lajeado, neste ato representada por sua presidenta, Sra. Lurdes Maria Pavi, brasileira, casada, CPF nº 499.855.150-72, CI nº 5010771169, residente e domiciliada na Rua Maurício Cardoso, nº 420, Bairro São Cristóvão, Lajeado-RS, doravante denominado **OSC**, celebram o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 10236/2017, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, conforme parecer de Dispensa do Chamamento Público nº 090-03/2019, publicado em 21 de outubro de 2019, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições para a realização do projeto "Espaço meu – etapa 2" que consiste em dar continuidade nas melhorias dos espaços privativos e priorizar o bem-estar das idosas acolhidas, proporcionando bem-estar e conforto, com execução prevista para iniciar no ano de 2019, com prazo de execução de 2 (dois) meses, conforme plano de trabalho em anexo a este Termo, constante do processo administrativo nº 15235/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - A Administração Pública repassará a OSC o valor de **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), em parcela única, conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, para atendimento do objeto, sendo que as despesas do presente Termo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

11.05 - Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social - STHAS
08.241.0014.2252 – Manutenção do fundo Municipal dos Direitos do Idoso
3.3.50.43.00.00.00.00 – Subvenções Sociais

§ 1º – Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da Administração Pública.

§ 2º – Os recursos somente serão liberados mediante assinatura do Termo de Fomento, apresentação de documentação legal, Certidão Negativa de Débitos Previdenciários e do FGTS e recibo da entidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – A OSC contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida consistente em **R\$ 1.440,00** (um mil, quatrocentos e quarenta reais), em parcela única, conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, para atendimento do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o cronograma de Desembolso, em anexo, que faz parte integrante deste Termo de Fomento e no valor nele fixado;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

- VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;
- VII - Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da OSC;
- VIII - Apreçar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e
- IX – Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA QUINTA -Compete à OSC:

- I – Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;
- II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- IV - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público-alvo de modo universal e igualitário;
- V - Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentos e equipamentos;
- VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;
- VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;
- IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento, não se aplicando esta norma à cobrança de ingressos no evento;
- X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;
- XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;
- XII – Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;
- XIII – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e
- XIV – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;
- XV – em caso de pagamento de autônomos deverá ser recolhido 20% de INSS;
- XVI – em caso de pagamento de mão de obra, deverá ser retido 11% de INSS, conforme Ordem de Serviço do INSS, nº 209 e suas alterações;

XVII – reter IRRF conforme legislação em vigor;

XVIII– a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XIX- Em caso de dissolução da entidade, transferir o patrimônio líquido para outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.

Parágrafo Único - Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA SEXTA - O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, sendo vedado:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;

II - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;

III - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

IV – pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;

V - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

VI - realizar despesas com:

a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação dos recursos financeiros;

b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e

c) pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA SÉTIMA - Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em **conta corrente específica em instituição financeira pública**, tendo sido declarada pela OSC a **conta nº 98088-9, Banco Sicredi, agência 0179**, e o pagamento das despesas deverá ser efetuado somente com recursos desta conta, sob pena destes valores serem glosados.

§ 1º – Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 2º – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

§ 3º – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 4º – Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.

CLÁUSULA OITAVA - A prestação de contas final deverá ser protocolada e após encaminhada ao setor de Prestação de Contas, que encaminhará ao gestor da parceria, mediante comprovação da correta aplicação dos

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE LAJEADO

recursos, conforme normas expedidas pelo município e conforme artigo 55 do Decreto Municipal n.º 10.236/2017, nos prazos abaixo, juntamente com os seguintes relatórios:

a) Prestação de contas final: no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o recebimento do repasse.

I - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como lista de presença, fotografias, vídeos, pesquisa de satisfação ou outros suportes;

II - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

III - Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais após autenticação das cópias, sendo que todos os comprovantes deverão ser documentos fiscais, sem rasuras, em nome da OSC, não sendo aceitos recibos sem valor fiscal, devendo constar o documento eletrônico que pagou cada despesa;

IV - Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;

V - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da OSC;

VI - junto com os pagamentos feitos por documento eletrônico, deve ser anexada a cópia do ticket de pagamento; apresentar extrato bancário do período, desde o depósito até a data da prestação de contas;

VII - Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo de Fomento;

VIII - Relação de pagamentos efetuados deverá ser apresentada em formulário específico.

IX - Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas pela OSC no exercício e das metas alcançadas.

§ 1º - No caso de prestação de contas parcial, os relatórios exigidos e os documentos referidos na cláusula oitava deverão ser apresentados, exceto o relacionado no item VII.

§ 2º - A ENTIDADE deverá ressarcir aos cofres públicos os recursos não utilizados, bem como os valores que não tiverem comprovação de sua correta aplicação, corrigidos pelo menor índice acumulado da variação positiva dos seguintes índices: INPC/IBGE, IPCA/IBGE e IGP-M/FGV. ou índice que o município determinar.

§ 3º - Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, devem ser aplicados no mercado financeiro e os rendimentos apurados utilizados no objeto desta Parceria ou restituídos.

§ 4º - Caso a ENTIDADE não prestar contas no prazo estipulado, estará sujeita à inscrição em dívida ativa não tributária junto à Fazenda do MUNICÍPIO e se não pagos sujeitos à cobrança judicial.

§ 5º - O não cumprimento desta cláusula ensejará a glosa total da prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - O presente Termo de Fomento vigorará por **4 (quatro) meses** a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do término inicialmente previsto.

Parágrafo Único - A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA - Este Termo de Fomento poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros e firmados antes do término de sua vigência.

Parágrafo Único - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE LAJEADO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A execução do objeto deste Termo de Fomento será acompanhada pelo **gestor designado pela portaria n.º 26.304/2019 que será o servidor Emerson Grunewald**, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

§ 1º - A execução também será acompanhada por Comissão de Monitoramento e Avaliação especialmente designada pela Portaria n.º 26444/2019.

§ 2º - O gestor emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

§ 3º - O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

§ 4º - No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita *in loco*, da qual será emitido relatório.

§ 5º - Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública correspondente.

§ 6º - Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção antecipadamente, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

NATANAEL DOS SANTOS
OAB/RS 73804
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE LAJEADO

Parágrafo Único – A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

- I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;
- III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo Único – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil a sanção de advertência, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora ou declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, a seu critério.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O foro da Comarca de Lajeado-RS é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

Parágrafo Único - Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - É parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o plano de trabalho constante do processo administrativo n.º 15235/2019.

E, por estarem de acordo, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas.

Lajeado, 28 de outubro de 2019.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Marcelo Caumo
Prefeito

ORG. DA SOCIEDADE CIVIL
Lurdes Maria Pavi
Presidente

Testemunhas:



PLANO DE TRABALHO

PROJETO “ESPAÇO MEU - ETAPA 2”

1 - DADOS CADASTRAIS E CARACTERÍSTICAS DA OSC

Nome da Entidade: Sociedade Lajeadense de Acolhimento a Idosas – SLAI/Vovolar		C.N.P.J: 90.803.933/0001-00
Endereço: Rua João Pessoa, nº 260, Bairro Hidráulica		
Município: Lajeado	U.F. RS	CEP: 95.900-206 DDD/Telefone/FAX: (51) 3710 2400
Conta Bancária: 98088-9	Banco: Sicredi	Agência: 0179
Data de constituição da OSC 30/05/1983		
Nome do Responsável: Lurdes Maria Pavi		C.P.F. 499.855.150-72
Período do mandato: Biênio 2018 a 2020.	C.I. 5010771169 Órgão Expedidor: SSP/RS	Cargo: Presidente
Endereço: Rua Mauricio Cardoso, nº 476, Bairro São Cristóvão, Lajeado/RS		C.E.P. 95.913-130
Caracterização da OSC: A Sociedade Lajeadense de Acolhimento a Idosas – VOVOLAR SLAI classifica-se, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, como uma entidade prestadora de serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade na modalidade de Acolhimento Institucional para idosos com característica domiciliar.		
Finalidade: Prestar acolhimento e assegurar proteção integral da pessoa idosa através da convivência familiar e comunitária em unidade institucional com característica domiciliar desenvolvendo o protagonismo e prevenindo o abandono.		



Histórico e área de atuação da OSC

Não deveria existir lugar melhor para o idoso que seu próprio lar, porém, conforme as novas transformações societárias, as famílias vão se constituindo com diferentes arranjos familiares e alguns acabam ficando em situação de isolamento, sem condições básicas para as suas necessidades de sobrevivência e cuidados. Da mesma forma as vulnerabilidades sociais e fragilizações familiares contribuem como fatores de abandono aos idosos.

Nesse sentido, a sociedade Lajeadense no ano de 1983, cria formas e mecanismos de enfrentamento a demanda das idosas que necessitavam de uma atenção mais direta devido aos riscos que estavam expostas e das vulnerabilidades em que se encontravam. Dessa forma, representantes da comunidade reuniram-se em torno do objetivo de criar e manter uma instituição que acolhesse o público idoso, sexo feminino.

Surge assim, a Sociedade Lajeadense de Amparo ao Idoso Carente – VOVOLAR – SLAMIC, tendo como objetivo principal abrigar pessoas idosas, solteiras, aposentadas e que, preferencialmente, tivessem dedicado suas vidas a cuidar das famílias Lajeadenses.

Inicialmente, a VOVOLAR – SLAMIC funcionava em uma casa alugada no Bairro Praia, mas, com o passar dos anos, este espaço tornou-se insuficiente, surgindo à necessidade de ampliar seu espaço para melhorar o acolhimento.

Com o passar dos anos e percebendo a necessidade de se adequar às legislações e normas vigentes, a entidade precisou articular-se com outras organizações da sociedade civil, objetivando, além de ampliar os espaços, melhorar e adaptar o atendimento realizado.

Portanto a partir de 12 de junho de 1993 foi inaugurada a atual sede da Instituição no endereço onde permanece até os dias atuais. A construção da atual sede teve como parceiros diretos a comunidade, desde a doação do terreno, perpassando pelos clubes de serviços, em especial o LIONS Internacional, que na época não mediu esforços para a concretização da obra.

Atualmente, a denominação da entidade passou a ser Sociedade Lajeadense de Acolhimento a Idosas– SLAI. A entidade nos últimos anos acolhe somente idosas do município de Lajeado/RS, compreendendo a importância de manter os vínculos familiares e comunitários primários, além daqueles construídos a partir das novas vivências com outro grupo com quem a idosa passa a dividir seu cotidiano.

Este trabalho é realizado através da construção - elaboração de planos de intervenção individuais, utilizando instrumentos como a observação, entrevistas, visitas domiciliares, reuniões, articulação com a rede de atendimento, além de outros instrumentos técnicos utilizados pelos profissionais e cuidadores que atuam com as idosas.

2 - PROPOSTA DE TRABALHO

Nome do Projeto/Atividade: Projeto “Espaço Meu – Etapa 2”	Prazo de Execução: 2 meses
Objetivo geral: Dar continuidade no Projeto “Meu Espaço” melhorando o espaço privativo das idosas acolhidas na Vovolar, proporcionando bem-estar e conforto.	
Público alvo: O público alvo é idoso do sexo feminino, com mais de 60 anos de idade que se encontram em situação de vulnerabilidade, risco social, vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos. As idosas são acolhidas tanto em caráter provisório quanto em caráter de longa permanência, sendo que este último ocorre quando não há mais possibilidade de convivência familiar e nem de auto sustento.	

**Objeto da parceria:**

A Vovolar garante a proteção integral da pessoa idosa através da convivência familiar e comunitária em unidade institucional com característica domiciliar desenvolvendo o protagonismo e prevenindo o abandono.

Descrição da realidade:

Não deveria existir lugar melhor para o Idoso que seu próprio lar, porém, conforme as novas transformações societárias, as famílias vão se constituindo com diferentes arranjos familiares e alguns acabam ficando em situação de isolamento, sem condições básicas para as suas necessidades de sobrevivência e cuidados. Da mesma forma, as vulnerabilidades sociais e fragilizações familiares contribuem como fatores de abandono aos Idosos.

A proposta para o presente Projeto é dar continuidade no Projeto Espaço Meu e oferecer espaço privativo para a guarda de pertences de cada Idosa, pois se sabe que ao envelhecer as pessoas criam maior apego aos seus objetos e utensílios, guardando-os como verdadeiros tesouros. Preocupados no bem-estar e qualidade de vida das Idosas, a Vovolar identifica como demanda urgente reformar os quartos e renovar os armários e camas, pois estão em estado precário. Sendo que, cada dormitório acomoda duas idosas, elas dividem o roupeiro e a cômoda, os espaços são privativos para guardarem seus pertences.

O Projeto é de grande relevância para qualificar o atendimento prestado as Idosas acolhidas, garantindo o bem-estar e a harmonia do espaço. Além disso, a deterioração dos móveis é efeito do tempo de uso, aproximadamente 24 anos.

Impacto social esperado:

Espera-se com o presente atendimento de acolhimento institucional, continuar garantindo a proteção e o cuidado às idosas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. Nesse ínterim, a manutenção da qualidade no atendimento oferecido as idosas, através de moradia, alimentação, vestuário, cuidados especiais e promovendo a convivência familiar e comunitária. Dessa forma, pretende-se continuar a priorizar o bem-estar às idosas acolhidas, oferecendo momentos e oportunidade de desenvolvimento antes nunca vivido.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE METAS

Metas	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
01	01	Mobiliar 05 quartos com móveis sob medida.	Unidade	05	Mês 01	Mês 02



4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

Meta	Ações
1	1 -Preparar a moradia de forma acolhedora e com dinâmica familiar às idosas em situação de vulnerabilidade biopsicossocial, respeitando seus graus de dependência e doenças crônicas, observando condições favoráveis ao seu bem-estar; - Levantamento de valores, através de Projetos Arquitetônicos e Orçamentos para os quartos. (Anexo 1) - Execução do Projeto

5. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS (R\$1,00)

Quantidade	Descrição	Valor mensal	Valor anual
04	Quartos com mobília sob medida. R\$ 5.088,00 valor por mobília de quarto.	R\$ 25.44,00	
Total geral		R\$ 25.440,00	

ANEXO 1 – ORÇAMENTO

6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
Meta	R\$ 24.000,00					
1	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês

7. C.O. – CRONTRAPARTIDA DA OSC

	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
Meta	R\$1.440,00					
1						

8. ESTIMATIVA DE DESPESAS

Meta	Despesa	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
1	R\$ 25.440,00						



^{9.}
~~7.1.~~ ESTIMATIVA DE VALORES A SEREM RECOLHIDOS PARA PAGAMENTO DE ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS

Meta	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
1	7º mês	8º mês	9º mês	10 meses	11 meses	12 meses

^{10.}
~~8.~~ MODO E PERIODICIDADE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

- ___ (90) dias contados do recebimento do repasse.
- ___ (00) dias contados do término da vigência.

^{11.}
~~9.~~ PRAZO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 15 Dias, contados da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Lajeado, 07 de agosto de 2019.

Luídes Maria Pavi

Responsável legal

CPF 499.855.150-72